



CNPJ: 05.263.928/0001-82

**PROPOSTA ATUALIZADA AO LANCE**

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP  
EDITAL Nº 204/ 2024  
Contratação nº 109229, Processo nº 202400005033365

BRASIL PUBLICIDADE LEGAL LTDA  
CNPJ: 05.263.928/0001-82  
Inscrição Municipal: 2452  
Banco do Brasil: Agência: 3689-7 C/C: 51211-7  
Endereço - Avenida Comercial s/n, Qd. 01, Lt. 05, Sala 01, Vila Goiany, Abadia de Goiás, CEP: 75.345-000.  
Telefone: (062) 99619-1530  
E-mail: [brasilpublicidadelegal@gmail.com](mailto:brasilpublicidadelegal@gmail.com)  
E-mail para publicações: [editais@diariodoestadogo.com.br](mailto:editais@diariodoestadogo.com.br)

Representante Legal: Alex Alves Reis Cargo: Sócio  
RG nº 4.328.096 SSP/GO. CPF nº 0003.154.031-79  
Contato: Ivair R. da Silva  
Telefone: 62 99403.2148

OBJETO: Prestação de Serviços - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de avisos de editais de licitações e de outras matérias em jornal de grande circulação no Estado de Goiás, inclusive na internet, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento aos órgãos e às entidades do Poder Executivo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	na prestação de serviços de publicação de avisos de editais de licitações e de outras matérias em jornal de grande circulação no Estado de Goiás, inclusive na internet, pelo período de 12 (doze) meses. Jornal Diário do Estado	72.752	Cm x col	R\$ 0,99	R\$ 72.024,48

Valor Total de R\$ 72.024,48 (setenta e dois mil vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos)  
Validade da proposta de 90 (noventa) dias.

Nos preços apresentados estão inclusos todos os custos e despesas necessárias à plena execução do objeto da contratação, tais como: impostos, taxas e encargos devidos, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes na prestação do serviço. Na ausência desta declaração, considerar-se-á tacitamente entendido que no preço proposto estão incluídos todos os elementos de sua composição anteriormente mencionados.

Temos pleno conhecimento das condições da licitação e da execução dos serviços, bem como das normas técnicas e legislação que tratam do assunto. Na ausência desta declaração, considerar-se-á tacitamente entendido que a licitante tem plena ciência dessas condições, bem como das normas técnicas e legislação que tratam da matéria.

Declaro que compreendo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

ALEX ALVES  
REIS:00315  
403179  
Assinado de forma digital por ALEX ALVES  
REIS:00315403179  
Dados: 2025.09.03 14:15:20 -03'00'



CNPJ: 05.263.928/0001-82

PLANILHA DE CUSTO

JORNAL	CUSTO DO JORNAL	PREÇO PROPOSTO	LUCRO BRUTO/CM	TRIBUTOS 6%	OUTROS 2%	LUCRO LÍQUIDO X CM %
Jornal Diário do Estado	R\$ ,50	R\$ 0,99	R\$ 0,49	R\$ 0,0594	R\$ 0,0198	R\$ 0,0396

DECLARO, sob as penalidades da lei, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO, que o lance final no valor de R\$ 0,99 (zero virgula noventa e nove centavos) cobre todos os custos, visto que somos detentores da edição integrada do jornal Diário do Estado.

Abadia de Goiás, 03 de setembro de 2025.

**ALEX ALVES**  
**REIS:0031540**  
**3179**  
BRASIL PUBLICIDADE LEGAL LTDA  
Alex Alves Reis  
CPF: 003.154.031-79  
RG: 4.328.096 SSP/GO  
Sócio Administrador

Assinado de forma  
digital por ALEX ALVES  
REIS:00315403179  
Dados: 2025.09.03  
14:15:08 -03'00'



BRASIL PUBLICIDADE LEGAL

AV COMERCIAL - QUADRA01 LOTE 05 SALA 01 - VILA GOIANY  
Abadia de Goiás - GO - CEP: 75.345-000  
CNPJ: 05.263.928/0001-82 - INSCR. EST.:  
Fone: 6234345539  
E-mail: financeiro@diariodoestado.com.br

NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO

Número 657  
Série ÚNICA MOD. 21  
CFOP 5301  
Prest. Serviço PREST. DE SERV. DE COMUNIC. PARA  
Data Emissão 03/12/2024

Nome do Cliente: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRENÓPOLIS  
Endereço: AV COMENDADOR JOAQUIM ALVES, SN - CENTRO  
Cidade: Pirenópolis - GO  
CPF/CNPJ: 11.409.678/0001-49

Código: 1546  
CEP: 72.980-000  
Insc. Est.:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

VALOR

HISTÓRICO

>> 1. Contrato: - Vencimento(s): 12/12/2024 >> 2. Publicações no(a) DIARIO DO ESTADO IMPRESSO, conforme abaixo: - 2.1. 11/11/24:69238 - PE Nº 15/2024 (Tam. 2col x 11cm) R\$ 0,22 - 2.2. 11/11/24:69239 - PE Nº 16/2024 (Tam. 2col x 11cm) R\$ 0,22 - 2.3. 22/11/24:69509 - PE Nº 17/2024 (Tam. 2col x 10cm) R\$ 0,20 - 2.4. 29/11/24:69715 - PE Nº 18/2024 (Tam. 2col x 9cm) R\$ 0,18  
Empresa optante pelo simples nacional dispensada a retenção IRPJ nos termos Art 4º Inc XI, da IN nº 2.145/2023 e IN nº 1.234/12. BANCO DO BRASIL AG: 3689-7 C/C: 51211-7 PIX: 05.263.928/0001-82

0,82

Base de Cálculo ICMS:0,82

Alíquota ICMS:0,00

Valor do ICMS: 0,00

Valor Total

0,82

Nº do Fisco:

Empresa optante pelo simples nacional dispensada a retenção IRPJ nos termos Art 4º Inc XI, da IN nº 2.145/2023 e IN nº 1.234/12.  
BANCO DO BRASIL AG: 3689-7 C/C: 51211-7  
PIX: 05.263.928/0001-82

Autenticação Mecânica

RECIBO DO CLIENTE

**BRASIL PUBLICIDADE LEGAL**

AV COMERCIAL - QUADRA01 LOTE 05 SALA 01 - VILA GOIANY  
Abadia de Goiás - GO - CEP: 75.345-000  
CNPJ: 05.263.928/0001-82 - INSCR. EST.:  
Fone: 6234345539  
E-mail: financeiro@diariodoestado.com.br

**NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO**

Número **644**  
Série **ÚNICA MOD. 21**  
CFOP **5301**  
Prest. Serviço **PREST. DE SERV. DE COMUNIC. PARA**  
Data Emissão **05/11/2024**

Nome do Cliente: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRENOPOLIS**  
Endereço: **AV COMENDADOR JOAQUIM ALVES, SN - CENTRO**  
Cidade: **Pirenópolis - GO**  
CPF/CNPJ: **11.409.678/0001-49**

Código: **1546**  
CEP: **72.980-000**  
Insc. Est.:

**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO****VALOR****HISTÓRICO**

>> 1. Contrato: - Vencimento(s): 09/11/2024 >> 2. Publicações no(a) DIARIO DO ESTADO IMPRESSO, conforme abaixo: - 2.1. 10/10/24:68526 - AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PE Nº 13/2024 (Tam. 2col x 4cm) R\$ 0,08 - 2.2. 11/10/24:68553 - ERRATA AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PE 13/2024 (Tam. 2col x 5cm) R\$ 0,10  
Empresa optante pelo simples nacional dispensada a retenção IRPJ nos termos Art 4º Inc XI, da IN nº 2.145/2023 e IN nº 1.234/12. BANCO DO BRASIL AG: 3689-7 C/C: 51211-7 PIX: 05.263.928/0001-82

**0,18**

Base de Cálculo ICMS:0,18

Alíquota ICMS:0,00

Valor do ICMS: 0,00

**Valor Total****0,18****Nº do Fisco:**

Empresa optante pelo simples nacional dispensada a retenção IRPJ nos termos Art 4º Inc XI, da IN nº 2.145/2023 e IN nº 1.234/12.  
BANCO DO BRASIL AG: 3689-7 C/C: 51211-7  
PIX: 05.263.928/0001-82

Autenticação Mecânica

**RECIBO DO CLIENTE**

**BRASIL PUBLICIDADE LEGAL**

AV COMERCIAL - QUADRA01 LOTE 05 SALA 01 - VILA GOIANY  
Abadia de Goiás - GO - CEP: 75.345-000  
CNPJ: 05.263.928/0001-82 - INSCR. EST.:  
Fone: 6234345539  
E-mail: financeiro@diariodoestado.com.br

**NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO**

Número **857**  
Série **ÚNICA MOD. 21**  
CFOP **5301**  
Prest. Serviço **PREST. DE SERV. DE COMUNIC. PARA**  
Data Emissão **01/08/2025**

Nome do Cliente: **PIRENOPOLIS PREF MUN GABINETE DO PREFEITO**  
Endereço: **LOC PCA DA MATRIZ, SN - CENTRO**  
Cidade: **Pirenópolis - GO**  
CPF/CNPJ: **01.067.941/0001-05**

Código: **1510**  
CEP: **72.980-000**  
Insc. Est.:

**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO****VALOR****HISTÓRICO**

>> 1. Contrato: - Vencimento(s): 07/08/2025 >> 2. Publicações no(a) DIARIO DO ESTADO IMPRESSO, conforme abaixo: - 2.1. 08/07/25:73541 - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 (Tam. 2col x 9cm) R\$ 17,82 - 2.2. 08/07/25:73542 - PREGÃO EDITAL Nº 042/2025 (Tam. 2col x 10cm) R\$ 19,80 - 2.3. 10/07/25:73627 - PREGÃO EDITAL Nº 043/2025 (Tam. 2col x 10cm) R\$ 19,80 - 2.4. 17/07/25:73835 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2025 (Tam. 2col x 10cm) R\$ 19,80 - 2.5. 29/07/25:74042 - PREGÃO EDITAL Nº 044/2025 (Tam. 2col x 10cm) R\$ 19,80  
Empresa optante pelo simples nacional dispensada a retenção IRPJ nos termos Art 4º Inc XI, da IN nº 2.145/2023 e IN nº 1.234/12. BANCO DO BRASIL AG: 3689-7 C/C: 51211-7 PIX: 05.263.928/0001-82

**97,02**

Base de Cálculo ICMS: 97,02

Alíquota ICMS: 0,00

Valor do ICMS: 0,00

**Valor Total****97,02****Nº do Fisco:**

Empresa optante pelo simples nacional dispensada a retenção IRPJ nos termos Art 4º Inc XI, da IN nº 2.145/2023 e IN nº 1.234/12.  
BANCO DO BRASIL AG: 3689-7 C/C: 51211-7  
PIX: 05.263.928/0001-82

Autenticação Mecânica

**RECIBO DO CLIENTE**

## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA N. 31**

Atesto para os devidos fins legais de direito que a empresa abaixo qualificada executou a entrega descritos neste atestado, atendendo as especificações técnicas contratadas.

### **CONTRATANTE EMITENTE**

**NOME/RAZÃO SOCIAL:** FESURV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE

**CNPJ:** 01.815.216/0001-78

**ENDEREÇO:** FAZ. FONTES DO SABER, S/N - CAMPUS UNIVERSITÁRIO, RIO VERDE/GO

**CEP:** 75901-970

### **DADOS DO CONTRATO**

**OBJETO:** REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, QUE ABRANGE A VEICULAÇÃO DE EXTRATOS DE EDITAIS, CONTRATOS E OUTROS DOCUMENTOS, DE FORMA ESTIMADA, EM UM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UNIRV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE., CONFORME PE. 74/2024.

**NOTA DE EMPENHO:** 43030/2025

### **CONTRATADA**

**RAZÃO SOCIAL:** BRASIL PUBLICIDADE LEGAL LTDA

**CNPJ:** 05.263.928/0001-82

**ENDEREÇO:** AV COMERCIAL, QUADRA 01 LOTE 05 SALA 01, S/N. ABADIA DE GOIÁS - GO

### **ITEM FORNECIDO**

Item	ITEM	QTD. CONTRADADA	QTD. EXECUTADA
01	PUBLICAÇÃO LEGAL DE EXTRATOS DE EDITAIS, CONTRATOS E OUTROS DOCUMENTOS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, NO CADERNO DE CLASSIFICADOS COM FONTE ARIAL 6 - CM/COL	13.000	1764

Rio Verde – GO, (assinado e datado digitalmente).

Documento assinado digitalmente  
**MAYKO ROBERTO DAMASCENO SOUZA**  
Data: 11/04/2025 15:34:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Gestor Contratual**



## EXTRATO DO CONTRATO Nº28/2025

**Contratante:** Município de Pirenópolis;

**Contratado:** BRASIL PUBLICIDADE LEGAL LTDA, nº 05.263.928/0001-82.

**Objeto:** Contratação de Empresa Especializada para Publicação de Atos Oficiais do Município de Pirenópolis, em Jornais Oficiais e Jornais Privados de Grande Circulação, de acordo com as especificações, quantidades e quantitativos contidos no Termo de Referência.

**Período:** 04 de abril de 2025 à 04 de abril de 2026.

**Valor Total:** R\$ 4.950,00(quatro mil e novecentos e cinquenta reais).

**Dotação Orçamentária** nº03.0317.2529.2614 Ficha: 20250070 Fonte: 100

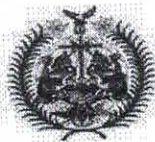
**Fundamento Legal:** Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações correlatas, Lei complementar nº 123/2006, 147/2014, com suas alterações, IN nº 009/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

Pirenópolis, Estado de Goiás, 04 de abril de 2025.

  
Escolástica Thairiny Coelho Menezes

-Secretária Municipal de Economia, Gestão e Planejamento-





CIDADE DE  
**PIRENÓPOLIS**  
NOSSO BEM MAIOR!

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023007526**

**CONTRATO Nº 249/2023**

**INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI  
CELEBRA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE  
PIRENÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS, E A EMPRESA  
BRASIL PUBLICIDADE LEGAL LTDA.**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRENÓPOLIS**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.409.678/0001-49, com sede na Av. Comendador Joaquim Alves, s/n, Centro Histórico, no presente ato representado por seu gestor o Sr. **MARCELO OLIVEIRA PEREIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 3871869 DGPC-GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 864.735.571-72, residente e domiciliado na Rua Baru, Qd. 04, Lt. 23, Bairro Santa Luzia, Pirenópolis - GO, CEP: 72.980-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a Empresa **BRASIL PUBLICIDADE LEGAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.263.928/0001-82**, situada à Avenida Comercial, s/nº, Qd. 01, Lt. 05, sala 01, Bairro Vila Goiany, Abadia de Goiás - GO, CEP: 75.345-000, proponente em processo de licitação referente ao **PREGÃO PRESENCIAL POR ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2023**, representada neste ato pelo Sr. **ALEX ALVES REIS**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 12/05/1983, inscrito no CPF sob o nº 003.154.031-79, portador da Carteira de Identidade RG nº 4328096 2ª via, Órgão Expedidor SSP-GO, residente e domiciliado na Rua Correntes, nº 05, Alphaville Flamboyant, Goiânia - GO, CEP: 74.883-065, ao final nomeados e assinados, doravante simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e acertado o que segue:

**FUNDAMENTO:** Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023**, estando às partes sujeitas aos preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO**

**1.1.** O Contratação de empresa para publicação de atos oficiais do Fundo Municipal de Saúde de Pirenópolis, em jornais oficiais (Diário Oficial da União-DOU, Diário Oficial do Estado-DOE) e jornais privados de grande circulação, conforme especificações e quantitativos contidos

Página 1 de 7





no Anexo VII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório, visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

1.2. Sendo os objetos de responsabilidade da referida empresa os seguintes itens:

VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Publicação de Atos Oficiais em Jornal de Grande Circulação. J. Diário do Estado	1000	Cm x col	R\$ 0,01	R\$ 10,00
VALOR TOTAL: R\$ 10,00 (dez reais)				

1.3. O início da prestação dos serviços/ fornecimento deverá ocorrer no prazo de 3 (três) dias, a contar do recebimento da ordem de serviço, sendo este parceladamente, podendo ser solicitada uma unidade e o prazo decorrerá da mesma forma, a empresa que não fornecer será notificada e caso não entregue os produtos será penalizada;

1.4. O prazo poderá variar, desde que justificado e aceito pelo Fundo Municipal de Saúde de Pirenópolis, não podendo ultrapassar o prazo de 10 (dez) dias.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo serviço acima discriminado o valor total estimado de **R\$ 10,00 (dez reais)**, observando-se o valor ofertado no certame licitatório já acrescido de todas as despesas (impostos, tarifas, taxas e fretes, mediante ordem bancária emitida em favor da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da data de entrega da nota fiscal.

**Parágrafo único.** O preço será fixo e irrevogável durante a vigência contratual, sendo, porém admitido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante entendimento entre as partes, se alteradas as condições de mercado, desde que a CONTRATADA apresente os documentos necessários, a exemplo do comunicado do distribuidor e/ou as notas fiscais anteriores e posterior ao aumento, mantendo-se, sob qualquer hipótese, o percentual de desconto ofertado no certame licitatório, que vigorará a partir da data de ajuizamento do pedido, fundamentado no art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93.





3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

3.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2023:

ÓRGÃO: SAÚDE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE
Manutenção das atividades da. Sec. Mun. de Saúde	05.05.06.2527.4278 Ficha 20230322	3.3.90.39 Outros serviços Pessoa Jurídica	102

5. **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. Acompanhar, fiscalizar e dar recebimento da entrega dos produtos/ serviços, através do servidor responsável pelo recebimento;

5.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

5.3. Sustar o recebimento dos produtos/serviços que não estiverem de acordo com as especificações exigidas.

5.4. Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e o pessoal daquela e cumprindo suas obrigações contratadas.

5.5. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimento que venham a ser solicitados e digam respeito à natureza dos produtos/serviços e à execução do ajuste.

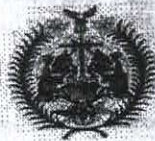
5.6. Manter atualizada toda e qualquer tabela utilizada com preços e demais itens utilizados para confecção das faturas.

5.7. Ter sempre atualizado o banco de dados, referente aos convênios e profissionais que atuam na instituição.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. Iniciar a prestação de serviço/produtos no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após receber a solicitação do órgão requisitante, de acordo com as especificações e quantitativos, até o limite estabelecido na cláusula primeira.





- 6.2. Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto contratual, responsabilizando-se por eventuais encargos trabalhistas, tributários, civis e criminais, bem como por quaisquer danos causados a terceiros, devendo prestar todas as informações requeridas e atender as determinações do fiscal para a correção de eventuais vícios encontrados;
- 6.3. A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução e vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nos mesmos preços e condições apresentados na proposta, os acréscimos ou supressões nos itens que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Art. 65 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
- 6.5. Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade decorrente da execução do objeto desta contratação a terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entidades;
- 6.6. Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante todo o período de vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos produtos/serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde e atendendo às reclamações trabalhistas;
- 6.7. Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pelo CONTRATANTE, em caso de sinistro, o mais breve possível e no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento da comunicação pela CONTRATADA, indicando, inclusive, o tempo aproximado de solicitação.
- 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**
- 7.1. O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, desde que preservados os princípios do contraditório e ampla defesa e o devido processo legal, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização quando:
- a) Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações e prazos;
  - b) Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais e especificações;
  - c) A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade na execução da prestação dos serviços/produtos nos prazos estipulados;
  - d) O atraso injustificado na entrega dos produtos/ serviços;
  - e) A paralisação do fornecimento dos produtos ou da prestação do serviço, sem justa causa ou





prévia comunicação à CONTRATANTE;

- f) A subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como, a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- g) O desatendimento às determinações regulares da CONTRATANTE;
- h) O cometimento reiterado de faltas;
- i) A decretação de falência da CONTRATADA, ou dissolução da sociedade;
- j) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique o contrato.

7.2. O contrato poderá também ser rescindido, sendo devido à CONTRATADA o pagamento pelo fornecimento dos produtos/serviços até a data da rescisão e o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido desde que não tenha concorrido com culpa direta ou indireta nos seguintes casos:

- a) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela CONTRATANTE, constantes do processo licitatório que deu origem ao presente;
- b) A supressão por parte da CONTRATANTE da prestação dos serviços e/ou fornecimento dos produtos, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento);
- c) Quando ocorrer o previsto nos incisos XIV a XVI, do art. 78 da Lei Federal 8.666/93;
- d) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

7.3. Os casos de rescisão previstos no item 7.1., alíneas "a" a "j" e item 7.2, desta Cláusula, acarretarão as consequências previstas no art. 80, da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

7.4. Poderá ainda, ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência da CONTRATANTE, mediante autorização expressa e fundamentada da (Autoridade Superior), tendo a contratada o direito de receber o valor dos produtos/serviços fornecidos ou realizados.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Ocorrendo inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, a CONTRATADA ficará sujeita a penalidades, garantida prévia defesa em regular processo administrativo, ser conduzido pelo órgão de administração da CONTRATANTE, salvo justificativas expressas aceitas, a saber:

8.1.1. Multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso, até o 30º (trigésimo) dia, dos serviços/produtos,





incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado apartir da solicitação de entrega dos produtos/serviços encaminhada pela Administração.

8.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto/serviço, quando decorridos 30 (trinta) dias, ou mais, de atraso.

8.3. Suspensão de participar e contratar com o Município de Pirenópolis e autarquias vinculadas por um período de até 05 (cinco) anos;

8.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

**Parágrafo Único.** Os valores resultantes da aplicação das multas serão descontados de eventuais pagamentos devidos à CONTRATADA, ou cobrados pela via administrativa, ou, ainda, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução, assegurado o contraditório e a ampla defesa, devendo ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação.

## 9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

9.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços e/ou fornecimento de produtos, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre referida prestação/fornecimento dos serviços/produtos, diretamente, pelo servidor designado pela CONTRATANTE.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

10.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários na prestação/fornecimento dos serviços/produtos, objeto deste contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em observância ao art. 65, §1º, da Lei Federal 8.666/93. As supressões acima desta percentual poderão correr mediante acordo entre as partes.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

11.1. O cumprimento deste contrato está vinculado ao Edital do Pregão nº 015/2023, da Proposta de Preços da Contratada e da Ata de Julgamento de Propostas.





**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1. Para as questões resultantes do instrumento, após exaurir os recursos na esfera administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de Pirenópolis, Goiás, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Os casos omissos no presente contrato serão decididos, conforme o caso, nos termos da legislação vigente aplicável à espécie, especialmente do Código Civil Brasileiro, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores modificações, Lei Federal nº 10.520/2002, as resoluções normativas do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios, bem como as Leis Municipais.

13.2. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

13.3. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Pirenópolis, 06 de novembro de 2023.

  
**Marcelo Oliveira Pereira**

**CNPJ: 11.409.678/0001-49**

**Gestor do Fundo Municipal de Saúde**

**ALEX ALVES**

**REIS:00315403179**

**Brasil Publicidade Legal LTDA**

**CNPJ: 05.263.928/0001-82**

**Alex Alves Reis**

Assinado de forma digital por  
ALEX ALVES REIS:00315403179  
Dados: 2023.12.07 17:33:34  
-03'00'

**TESTEMUNHAS:**

1º  **CPF: 85438472149**

2º  **CPF: 95958479172**

## BRASIL PUBLICIDADE LEGAL

AV COMERCIAL - QUADRA01 LOTE 05 SALA 01 - VILA GOIANY  
Abadia de Goiás - GO - CEP: 75.345-000  
CNPJ: 05.263.928/0001-82 - INSCR. EST.:  
Fone: 6234345539  
E-mail: financeiro@diariodoestadogo.com.br

## NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO

Número 819  
Série ÚNICA MOD. 21  
CFOP 5301  
Prest. Serviço PREST. DE SERV. DE COMUNIC. PARA  
Data Emissão 01/07/2025

Nome do Cliente: PIRENÓPOLIS PREF MUN GABINETE DO PREFEITO  
Endereço: LOC PCA DA MATRIZ, SN - CENTRO  
Cidade: Pirenópolis - GO  
CPF/CNPJ: 01.067.941/0001-05

Código: 1510  
CEP: 72.980-000  
Insc. Est.:

## DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

## VALOR

## HISTÓRICO

>> 1. Contrato: - Vencimento(s): 04/07/2025 >> 2. Publicações no(a) DIÁRIO DO ESTADO IMPRESSO, conforme abaixo: - 2.1. 03/06/25:72914 - CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL Nº 011/2025 (Tam. 2col x 10cm) R\$ 19,80 - 2.2. 03/06/25:72915 - AVISO AUDIÊNCIA PÚBLICA (Tam. 2col x 8cm) R\$ 15,84 - 2.3. 09/06/25:73030 - EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 072/2023 (Tam. 2col x 6cm) R\$ 11,88 - 2.4. 24/06/25:73280 - PREGÃO EDITAL Nº 039/2025 (Tam. 2col x 10cm) R\$ 19,80 - 2.5. 24/06/25:73281 - PREGÃO EDITAL Nº 040/2025 (Tam. 2col x 10cm) R\$ 19,80 - 2.6. 24/06/25:73282 - PREGÃO EDITAL Nº 041/2025 (Tam. 2col x 10cm) R\$ 19,80 - 2.7. 24/06/25:73283 - EXTRATO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO EDITAL Nº 024/2025 (Tam. 2col x 5cm) R\$ 9,90  
Empresa optante pelo simples nacional dispensada a retenção IRPJ nos termos Art 4º Inc XI, da IN nº 2.145/2023 e IN nº 1.234/12. BANCO DO BRASIL AG: 3689-7 C/C: 51211-7 PIX: 05.263.928/0001-82

116,82

Base de Cálculo ICMS: 116,82

Alíquota ICMS: 0,00

Valor do ICMS: 0,00

Valor Total

116,82

## Nº do Fisco:

Empresa optante pelo simples nacional dispensada a retenção IRPJ nos termos Art 4º Inc XI, da IN nº 2.145/2023 e IN nº 1.234/12.  
BANCO DO BRASIL AG: 3689-7 C/C: 51211-7  
PIX: 05.263.928/0001-82

Autenticação Mecânica

RECIBO DO CLIENTE



**CONTRATO Nº28/2025**

*TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PIRENÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS E A EMPRESA BRASIL PUBLICIDADE LEGAL LTDA., E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

**MUNICÍPIO DE PIRENÓPOLIS**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.067.941/0001-05, com sede na Avenida Comendador Joaquim Alves, nº 28, Centro Histórico, no presente ato representado pelo Sr. João Luiz Brandão Teixeira Sobrinho, Gestor Municipal, brasileiro, CPF/MF nº 900.628.331-20, residente e domiciliado na cidade de Pirenópolis, Estado de Goiás, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **empresa BRASIL PUBLICIDADE LEGAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.263.928/0001-82, localizada no endereço na Rua Av Comercial Qd 01 Lt05 Sala 01, Setor Vila Goiany, na cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás, CEP: 75.345-000, neste ato representado pela **Sr.(a). ALEX ALVES REIS**, CPF nº 003.154.031-79, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, e alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato.

**Da Fundamentação Legal:** O presente contrato decorre da Ata de Registro de Preço nº 18/2025, Edital nº 11/2025, na modalidade Pregão Eletrônico, Lei Federal 14.133/2021, e demais legislações específicas vinculadas à matéria, bem como, as cláusulas e às condições a seguir pactuadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES**

1.1. Constitui o objeto do presente termo a **Prestação dos Serviços Especializados para Publicação de Atos Oficiais do Município de Pirenópolis, em Jornais Oficiais e Jornais Privados de Grande Circulação**, de acordo com as especificações, quantidades e quantitativos contidos no Termo de Referência que acompanha o Edital e Ata de Registro de Preço, retro mencionados, bem como com o seguinte descritivo:

ITEM	UNIDADE	VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	Cm x col	Jornais de Grande Circulação (O Hoje; Diário da Manhã; O Popular; Diário do Estado de Goiás)	5000	<b>R\$ 0,99</b>	R\$ 4.950,00

1.2. Este contrato será regido pelo Pregão Edital nº 11/2025 e seus anexos, pela Lei Federal 14.133/2021 e pelas cláusulas e condições nele lançadas.

1.3. As especificações objeto deste contrato constam do ANEXO I, do Edital, que fazem parte integrante deste contrato.





## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, até 04 de abril de 2026, prorrogável na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Ata de Registro de Preço nº18/2025, e Edital nº11/2025.

## **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Para o cumprimento dos encargos a serem assumidos para prestação de serviços, constatou-se dotação orçamentária:

ÓRGÃO: EXECUTIVO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE GESTÃO E PLANEJAMENTO	03.0317.2529.2614  FICHA: 20250070	3.3.90.39  OUTROS SERV.DE TERCEIROS- PES.JURID	100  RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTO

4.2. As respectivas dotações poderão ser alteradas, modificadas e acrescidas, caso necessário.

4.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



## **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR**

6.1. O valor total da contratação é de R\$ 4.950,00 (quatro mil e novecentos e cinquenta reais).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será realizado por meio de ordem de serviço, agência e conta corrente indicadas pelo contratado.

7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem de serviço para pagamento.

7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento.

7.6. Prazo para pagamento:

7.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem de serviço, na agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.6.2. O pagamento será efetivado em até 30 (Trinta) dias úteis, a contar da liquidação da despesa.

7.6.3. Nenhuma liquidação ou pagamento será efetuado enquanto a empresa estiver pendente de qualquer obrigação financeira e/ou documental, devendo apresentar juntamente com a fatura as certidões negativas relativas aos Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Trabalhistas e FGTS, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE**

8.1. Os preços propostos poderão ser reajustados como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato, consistente na aplicação do índice de correção monetária definido pela Administração Pública, observando-se sempre intervalo não inferior a 12 (doze) meses entre as datas-bases dos reajustes concedidos.

8.2. O preço pactuado neste contrato será atualizado com base na variação do IGP-M (FGV).





8.3. Toda alteração, prorrogação, acréscimos e ou supressões do presente contrato será realizada nas mesmas condições contratuais, nos termos do valor inicial atualizado do contrato nos termos do Art. 107 e seguintes e Art. 125 todos da Lei Federal 14.133/2021.

8.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Termo de Referência;

9.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

9.3. Solicitar a troca dos serviços/produtos devolvidos mediante comunicação a ser feita pelo Fiscal do Contrato;

9.4. Solicitar, por intermédio de Ordem/Requisição de Produto/Serviço, por servidor designado para este fim, a execução dos serviços contratados;

9.5. Comunicar à Contratada, qualquer irregularidade durante a execução contratual e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

9.6. Realizar os pagamentos devidos nas datas aprazadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

10.1. Cumprir fielmente as exigências da Administração Municipal, naquilo que não contrariar o aqui previsto;

10.2. Realizar as publicações conforme a demanda do município, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir da comunicação da Prefeitura Municipal de Pirenópolis, com a entrega do texto devidamente revisado;

10.3. Atender, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao presente objeto;

10.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

10.5. Executar os serviços de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais vigentes, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem;

10.6. Republicar sem ônus adicional, para a CONTRATANTE, as publicações realizadas em desacordo com as solicitações;

10.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

10.8. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Administração Municipal, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;



10.9. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração Municipal;

10.10. Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

10.11. Responder ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Administração Municipal quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do contrato;

10.12. Efetuar os serviços/fornecimentos, objeto da Autorização/Requisição/Ordem de Serviço/Fornecimento, de acordo com as necessidades da(s) Unidade(s) Requisitante(s), após o recebimento de requisições expedidas pelo Setor competente;

10.13. Comunicar ao Setor competente por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

10.14. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da contratação;

10.15. A CONTRATADA se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

10.16. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

10.17. Utilizar materiais solicitados neste termo de primeira qualidade, observando o registro nos órgãos competentes e o prazo de validade, sendo vedada a utilização de produtos com alterações de características, ainda que dentro do prazo de validade;

10.18. Cumprir fielmente todas as disposições deste Termo de Referência, bem como as disposições contratuais, as quais farão parte indivisível das obrigações da Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa:**

(1) **moratória** de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias;

(1.1) O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) **compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na



fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



14.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO**

16.1. A fiscalização da contratação será feita por servidor designado pelo Município de Anicuns, nos termos do artigo 104 e 117 da Lei nº 14.133/2021. Fica ressalvado que a efetiva ocorrência da fiscalização não exclui nem restringe a responsabilidade da CONTRATADA no fornecimento do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pirenópolis, Estado de Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.



CIDADE DE  
**PIRENÓPOLIS**  
NOSSO BEM MAIOR

E por estarem assim contratados, firmam e assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual teor e forma, para os seus jurídicos e reais efeitos, na presença de duas testemunhas idôneas que também assinam.

Pirenópolis, Estado de Goiás, aos 04 de abril de 2025.

MUNICÍPIO DE PIRENÓPOLIS  
João Luiz Brandão Teixeira Sobrinho  
-Gestor Municipal-  
Contratante

ALEX ALVES

REIS:00315403179

BRASIL PUBLICIDADE LEGAL LTDA

05.263.928/0001-82

ALEX ALVES REIS

003.154.031-79

Contratada

Assinado de forma digital por  
ALEX ALVES REIS:00315403179  
Dados: 2025.04.04 16:28:00 -03'00'

**TESTEMUNHAS:**

1) Nome

CPF

Assinatura:

2) Nome

CPF

Assinatura:



CIDADE DE  
**PIRENÓPOLIS**  
NOSSO BEM MAIOR



ESTADO DE GOIÁS  
**Prefeitura Municipal de Ceres**  
**Departamento de Compras e Almoxarifado**  
Rua 29, nº 576, Centro, Cep.: 76.300-000 Ceres-GO Fone:  
(62) 3307-2741  
Email: [almoxarifadoceresgoias@hotmail.com](mailto:almoxarifadoceresgoias@hotmail.com)  
Site: [www.ceres.go.gov.br](http://www.ceres.go.gov.br)  
CNPJ(MF) nº 01.131.713/0001-57



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **Brasil Publicidade Legal LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.263.928/0001-82, sediada na Avenida Comercial, S/N, Quadra 01, Lote 05, Sala 01, Vila Goiany, Abadia de Goiás-GO, CEP 75.345-000, executa os serviços para este órgão, conforme as especificações abaixo relacionadas:

- Edição integrada à impressão de jornais diários
- Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
- Publicações legais em atendimento à demanda da administração pública, com base na Ata de Registro de Preço nº 07/2025, ainda vigente.

O volume total previsto de publicações, conforme a referida ata, é de **20.200 centímetros de coluna**, cuja execução está em andamento.

Atestamos, ainda que os compromissos assumidos pela empresa foram e são cumpridos satisfatoriamente, nada constamos em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Ceres-Go, 20 de Agosto de 2025.

  
**Sebastião Ferreira Leite**  
Gerente de Compras e Almoxarifado  
Portaria 010/2023

**Sebastião Ferreira Leite**  
Gerente de Compras e Almoxarifado  
Prefeitura Municipal de Ceres